
arquivos analíticos de políticas educativas

Revista acadêmica, avaliada por pares,
independente, de acesso aberto, e multilíngüe



aape | epaa

Arizona State University

Volume 27 Número 140

4 de novembro 2019

ISSN 1068-2341

Gênero, Sexualidade e Biopolítica: Processos de Gestão da Vida em Políticas Contemporâneas de Inclusão Social

Maria Cláudia Dal'Igna

Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos
Brasil

Dagmar Estermann Meyer

Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS
Brasil

Priscila Gomes Dornelles

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB
Brasil

Carin Klein

Universidade Luterana do Brasil – ULBRA
Brasil

Citação: Dal'Igna, M. C., Estermann Meyer, D. E., Gomes Dornelles, P., & Klein, C. (2019). Gênero, sexualidade e biopolítica: Processos de gestão da vida em políticas contemporâneas de inclusão social. *Arquivos Analíticos de Políticas Educativas*, 27(140).
<https://doi.org/10.14507/epaa.27.4050>

Resumo: Este artigo examina a relação entre gênero, sexualidade e biopolítica para apontar alguns de seus desdobramentos e efeitos nas formas de gestão da vida e de condução da conduta de

mulheres e de homens nas chamadas “políticas públicas de inclusão social”. A análise qualitativa articula resultados de um conjunto de estudos desenvolvidos por um grupo de pesquisa no Rio Grande do Sul/Brasil. O aporte teórico advém dos estudos de gênero pós-estruturalistas, dos estudos *queer* e dos estudos foucaultianos. Com esta análise, pode-se concluir que, em nome da inclusão social, as políticas públicas acabam por intervir e regular a vida de determinados sujeitos/grupos a custos mínimos para garantir a diminuição dos riscos sociais e maiores níveis de segurança para a população. Argumenta-se que gênero e sexualidade têm sido mobilizados para criar e fortalecer algumas formas de regulação que devem tornar mulheres e homens capazes de agir sobre si e sobre os outros, mantendo-se participantes e buscando soluções para problemas sociais contemporâneos.

Palavras-chave: gênero; sexualidade; biopolítica; políticas públicas; inclusão social

Gender, sexuality, and biopolitics: Processes of life management in contemporary policies for social inclusion

Abstract: This paper examines the relationship between gender, sexuality, and biopolitics in order to point out some of its outcomes and effects on the forms of life management and the conduct of women and men in the so-called “public policies for social inclusion”. The qualitative analysis articulates results from a series of studies carried out by a research group in Rio Grande do Sul, Brazil. The theoretical support consists of post-structuralist gender studies, queer studies and Foucauldian studies. Through this analysis, it is possible to conclude that, in the name of social inclusion, the public policies end up intervening and regulating the lives of certain subjects/groups at minimum cost to guarantee both the reduction of social risks and higher levels of security for the population. It is argued that gender and sexuality have been mobilized to create and strengthen some forms of regulation that should enable women and men to act upon themselves and the others, thus continuing to be participative and searching for solutions for contemporary social problems.

Keywords: gender; sexuality; biopolitics; public policies; social inclusion

Género, sexualidad y biopolítica: Procesos de gestión de vida en políticas contemporáneas de inclusión social

Resumen: Este artículo examina la relación entre género, sexualidad y biopolítica para apuntar algunos de sus desdoblamientos y efectos en las formas de gestión de vida y de conducción de la conducta de mujeres y hombres en las llamadas “políticas públicas de inclusión social”. El análisis cualitativo articula resultados de un conjunto de estudios desarrollados por un grupo de investigación en Río Grande do Sul/ Brasil. El aporte teórico viene de los estudios de género pos-estruturalistas, estudios *queer* y estudios foucaultianos. Con este análisis, se puede concluir que, en nombre de la inclusión social, las políticas públicas acaban interviniendo y regulando la vida de determinados sujetos/grupos con costos mínimos para garantizar la disminución de riesgos sociales y mayores niveles de seguridad para la población. Se argumenta que género y sexualidad han sido mobilizados para crear y fortalecer algunas formas de regulación que deben convertir a mujeres y hombres capaces de actuar sobre sí mismos y sobre otros, manteniéndose participativos y buscando soluciones para problemas sociales contemporáneos.

Palabras-clave: género; sexualidad; biopolítica; políticas públicas; inclusión social

Introdução

A articulação entre *gênero*, *sexualidade* e *biopolítica*, que este texto propõe, está orientada e constituída pela experiência de suas autoras no campo da Educação. O tom que ele assume também repercute, fortemente, os ecos deste tempo paradoxal que temos vivido, no Brasil, nos domínios que envolvem gênero e sexualidade.¹

De um lado, temos a permanência e/ou recidiva de violências, de subordinações, de exclusões, de interdições e de disputas acirradas como as desencadeadas no processo de aprovação do Plano Nacional de Educação e dos Planos Municipais de Educação, em torno da manutenção ou exclusão dos termos Gênero e Orientação Sexual, muitas das quais pensávamos já ter superado.² De outro lado, convivemos com possibilidades de se viver o gênero e a sexualidade que há três ou quatro décadas pareciam impensáveis, como a de “um garanhão com vagina”, como se intitula o ativista norte-americano e produtor de filmes adultos Buck Angel, em entrevista de 2015,³ de “uma machorra que pode engravidar”, como refere um senhor ao saber que Anderson, homem trans, estava esperando um bebê, juntamente com sua companheira Helena, uma mulher trans,⁴ ou travestis e mulheres trans que num futuro próximo poderão ter acesso a transplantes de úteros para dar a elas a possibilidade de engravidarem.⁵ Esses são alguns dos exemplos que, dentre muitos outros, nos apontam a atualidade e a quantidade enorme de desafios que persistem e se reatualizam nesses domínios.

Tais desafios e a dimensão das disputas neles implicadas repercutem fortemente no interior dos campos de estudo e dos movimentos sociais que se constituem com e se envolvem nessa relação. E isso por pelo menos duas razões. Primeiro porque eles recolocam e reforçam a importância de teorias, pesquisas, intervenções e movimentos políticos nesses campos, de forma que possamos fazer frente aos fundamentalismos de diversos matizes que ressurgem na cena contemporânea e que, no contexto brasileiro, tendem a se fortalecer. E, também, porque nestas

¹ As frases e os termos em itálico são utilizados neste texto para dar ênfase a algumas ideias e expressões. O recurso é empregado, ainda, para identificar excertos de materiais empíricos das pesquisas realizadas pelas autoras, citadas ao longo do texto.

² Destaca-se aqui, por exemplo, o movimento “Escola Sem Partido”, criado em 2004, que adquire força e pode ser reinscrito neste atual contexto das ofensivas conservadoras. Dentre os inúmeros projetos de lei e ações judiciais impetradas pela “Organização Escola Sem Partido”, ressalta-se aquela movida contra o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), como uma reclamatória ao tema da redação do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) de 2015: violência contra as mulheres. Para maiores detalhes, ver: <http://www.anped.org.br/news/entidades-reagem-tentativa-de-exclusao-de-questoes-que-abordam-genero-e-sexualidade-nos-planos> & <https://professorescontraoescolasempartido.wordpress.com/tag/fernando-penna/>

³ A reportagem está disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/201cminha-vagina-e-poderosa201d-diz-ativista-trans-2278.html>. Acesso em: 11 dez. 2017.

⁴ A história de Anderson e Andressa adquiriu notoriedade após o nascimento de Gregório, em Porto Alegre/RS, em julho de 2015. Durante uma entrevista, Anderson explica como se organiza a família: – Eu gerei o Gregório, mas sou o pai. A mãe é a Helena. Vamos explicar isso para ele quando crescer. Enquanto isso, Anderson está cumprindo o papel de mãe. Amamenta o bebê de hora em hora e vai entrar com o pedido de licença-maternidade na empresa onde trabalha. Helena conta que, neste momento, não se sente muito mãe, pois Gregório ainda prefere o colo de Anderson (disponível em: <http://zh.clicrbs.com.br/rs/vida-e-estilo>). Acesso em: 11 dez. 2017).

⁵ A reportagem está disponível em: <http://diversidade.blogsdagazetaweb.com/2016/03/20/mulheres-transexuais-ja-se-candidatam-ao-experimento-de-transplante-de-utero/>. Acesso em: 11 dez. 2017.

tramas da atualidade evidenciam-se complexos processos de gestão da vida e de condução da conduta de corpos/sujeitos, os quais têm-se rearticulado no contexto das sociedades neoliberais e, mais especificamente, no âmbito das políticas públicas de inclusão social.

Considerando esses desafios e disputas, discutimos a relação entre gênero, sexualidade, e biopolíticas para, então, apontar alguns de seus desdobramentos e efeitos sobre as formas de gestão da vida e de condução da conduta de mulheres e de homens nas chamadas “políticas públicas de inclusão social”.⁶ Essa reflexão será conduzida, neste texto, tomando como referência pesquisas produzidas em nosso grupo,⁷ as quais têm permitido sustentar a tese de que *o gênero e a sexualidade estão fortemente implicados nos processos de gestão da vida e de condução da conduta de mulheres e de homens, criando formas de regulação para torná-los sujeitos capazes de agir sobre si e sobre os outros, mantendo-se participantes e buscando soluções para os problemas sociais.*

Gênero, Sexualidade e Biopolítica: Articulando um Modo de Ver⁸

Os estudos de gênero pós-estruturalistas permitem rejeitar e problematizar noções biologicistas, essencialistas e universais de mulher e de homem para argumentar que, no interior de diferentes processos culturais, os indivíduos e seus corpos são transformados em – aprendem a reconhecer-se como – sujeitos femininos e masculinos. Nessa perspectiva, Scott (1988) afirma que o gênero pode ser compreendido como a organização social da diferença sexual. Nessa perspectiva, diz ela, “gênero é o conhecimento que estabelece significados para diferenças corporais. Não podemos ver as diferenças sexuais a não ser como uma função de nosso conhecimento sobre o corpo, e esse conhecimento não é puro, não pode ser isolado de sua implicação num amplo espectro de contextos discursivos” (Scott, 1988, p. 2). Ainda sobre essa compreensão do gênero como construção social do sexo, Nicholson (2000, p. 9) afirma que “a sociedade forma não só a personalidade e o comportamento, mas também as maneiras como o corpo [e, portanto, também o sexo] aparece”.

Problematizando uma determinada relação entre sexo, gênero e as políticas de conhecimento e de identidade que nela se configuram, Butler (1993) descreve uma política de gênero que busca “a

⁶ Dentre as políticas públicas examinadas, podemos citar: Programa Nacional de Incentivo ao Aleitamento Materno (Meyer, 2000), Programa de Atenção à Saúde da Criança (Duro, 2002), Programa Nacional de Bolsa Escola (Klein, 2003), Programa de Humanização do Parto e do Nascimento (Dutra, 2005), Serviço de Educação Social de Rua, Ação Rua, da Fundação de Assistência Social e Cidadania de Porto Alegre/RS (Fernandes, 2008), Primeira Infância Melhor (Klein, 2010), Programa Saúde na Escola (Silveira, 2014), Programa Nacional de Segurança Pública e Cidadania (Damico, 2011), Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem (Pereira, 2015), Política de Redução de Danos (Silva, 2016), Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (Centeno, 2016) e do Plano Integrado de Enfrentamento da Feminização da Epidemia de Aids e outras DST (Pires, 2016). Analisamos, ainda, processos educativos em contextos escolares onde essas políticas públicas são implementadas (Dal’Igna, 2005, 2011; Dornelles, 2013).

⁷ Subgrupo de orientação e de pesquisa, coordenado por Dagmar Estermann Meyer desde o ano 2000, que integra o GEERGE e está constituído por estudantes de mestrado e doutorado, bem como por docentes egressas/os do PPGEDU da UFRGS. O GEERGE está cadastrado na plataforma do CNPq e dedica-se, desde 1990, a atividades regulares de investigação e ensino focadas nas temáticas de gênero, sexualidade, raça/etnia, classe, religião e geração, em articulação com a educação e/ou a saúde. Teorizações pós-estruturalistas, particularmente aquelas produzidas nos campos dos Estudos Feministas, dos Estudos Culturais, dos Estudos Gays e Lésbicos e da Teoria Queer, são suas referências centrais.

⁸ Não se trata aqui de anunciar e examinar extensivamente os conceitos de gênero, sexualidade e biopolítica e seus desdobramentos históricos e políticos, mas de apresentá-los e situá-los de forma concisa, considerando os objetivos deste texto.

repetição ritualizada através da qual [determinadas] normas produzem e estabilizam não só os efeitos do gênero, mas também a materialidade do sexo” (s.p., tradução nossa). Demarcadas as devidas distinções com relação à assunção do binarismo de gênero e ao trato com o sexo como referente, com estas formulações o corpo passa a ser assumido e teorizado como uma variável constituída pelo gênero.

Falamos, então, de um corpo como uma dada materialidade nomeada como biológica e tornada elegível e inteligível a partir de uma base normativa constritiva que o explica (ou o posiciona nas tramas da validade e da abjeção) em uma determinada cultura. Nesse sentido, Louro (2004, p. 75) refere que “os corpos são o que são na cultura” e que estes corpos e as marcas que lhes são impressas são evidentes indicadores de posições de sujeito, já que elas se constituem como marcas de poder. Assim, pode-se dizer que esses processos de significação do corpo (e do sexo) são disputados – de um lado, estão os processos que tentam fixar sentidos, nomeando e inscrevendo determinadas marcas nos corpos; de outro, as possibilidades inerentes à própria repetição normativa que, no seu fazer, podem subverter e desestabilizar aqueles significados constituídos como “a” referência, produzindo, assim, outros sentidos para os corpos. Dentre tais processos destacam-se aqueles que, no âmbito das sociedades e das culturas ocidentais, *lato sensu*, contribuem, desde o século XVIII, para definir e reiterar uma certa ligação entre sexo, gênero e sexualidade, acionando tecnologias para tornar esse sistema reconhecível, legível e regulador das práticas sociais, instituições e políticas modernas. Nessa perspectiva, o sexo é posicionado como o principal objeto para garantir a normalização do social. Como afirma Butler (2008, p. 97),

Essa produção constringida funciona ligando a categoria do sexo com a da identidade; haverá dois sexos, distintos e uniformes, e eles vão se expressar e se tornar evidentes no gênero e na sexualidade de modo que qualquer manifestação social de não identidade, descontinuidade, ou incoerência sexual será punida, controlada, repudiada, reformada.

Essa *ligação naturalizada entre sexo, gênero e sexualidade* e sua suposta linearidade alicerçam, então, a constituição de uma forma *normal* de vida em sociedade, uma norma regulatória dos corpos – a heteronormatividade e/ou uma “maquinaria heterossexual” como “um sistema de produção dos sexos” (Preciado, 2014, p. 30) no bojo de uma contemporaneidade biocapitalista. O sujeito é invocado performativamente como corpo sexuado a partir de bases epistemológicas que assumem o caráter pré-discursivo do sexo como verdade instintiva, como se houvesse uma natureza humana “efeito da tecnologia social que reproduz nos corpos, nos espaços e nos discursos a equação natureza = heterossexualidade” (Preciado, 2014, p. 25).

Há, assim, a produção performativa e sistemática da relação originária entre o sexo (como se fosse um objeto natural), o gênero (binário) e a sexualidade (e seus derivados) como alicerce desta norma. A heteronormatividade produz, então, o sexo (dimórfico e binário macho/fêmea) do qual resultaria, consecutivamente, o par identitário masculino-feminino cisgênero⁹. E, a partir desta

⁹ No blog Transfeminismo, Hailey Kaas indica que a pessoa cis é posicionada socialmente como “alinhada” na relação entre seu corpo e seu gênero. Em uma sociedade ciscentrística, as pessoas cis apresentam posição de privilégio a partir de um campo epistêmico e uma política de gênero cis que funciona regulando as práticas do Estado e do mercado, legitimando os corpos “alinhados” e tornando outros impossíveis e inviáveis. Maiores detalhes, ver: <https://transfeminismo.com/o-que-e-cissexismo/>. Acesso em 26 de fevereiro de 2018. Em articulação com as produções queer e os estudos decoloniais, Viviane Vergueiro (2015) aciona o conceito de cismatrimônio como uma norma que “anormaliza, inferioriza e extermina, interseccionalmente, diversidades corporais e de gênero” (p. 43) operando com a cisgeneridade como referente ontológico em uma trama pré-discursiva, binária e permanente na produção dos corpos na modernidade. Para o ativismo

compreensão também cis-generificada, estas identidades são posicionadas de forma oposta e complementar no âmbito da experimentação do gênero, dos desejos e dos prazeres, gerando, inevitavelmente, a heterossexualidade como expressão “natural/normal” da sexualidade. Afirmar-se, assim, a compulsoriedade da heterossexualidade.

Ao problematizarmos a heteronormatividade e nos distanciarmos de algumas noções decorrentes do funcionamento deste tipo de norma, evidenciamos dois importantes argumentos a respeito do conceito de sexualidade que assumimos. “O primeiro deles remete à compreensão de que a sexualidade não é apenas uma questão pessoal, mas é social e política; o segundo, ao fato de que a sexualidade é ‘aprendida’, ou melhor, é construída, ao longo de toda a vida, de muitos modos, por todos os sujeitos” (Louro, 2001, p. 11). Fundamentalmente, falamos de experimentações no âmbito dos desejos e dos prazeres que não se resumem, de forma unívoca, a uma ou a diversas identidades.

Conforme Foucault (1999), os séculos XVIII e XIX se ocuparam de *colocar o sexo em pauta*, fazendo funcionar a sexualidade como ponto de ligação entre o poder exercido sobre o corpo dos indivíduos e o poder exercido sobre a população. Um sistema biopolítico heterocentrado que investiu na normalização disciplinar e regulatória da sexualidade a partir da inscrição do sexo para a objetivação e para a subjetivação dos sujeitos a partir do século XIX (na relação com os outros e na relação consigo), ou seja, como definidor do que é um sujeito viável a partir das normas de gênero (Butler, 2001). Assim, a sexualidade pode ser entendida como uma experiência produzida por essas normas que prescrevem e constringem o sujeito e, dessa perspectiva, é então analisada como um elemento estratégico para a regulação dos corpos pelos Estados-nação na modernidade.

Argumentamos, então, que a referida articulação entre sexo, gênero e sexualidade se torna inteligível e operante no interior de regimes normativos, que posicionam o sexo como um definidor natural e universal da identidade sexual e de gênero. E, ao tomá-lo dessa forma, inexoravelmente, com base nesse “princípio de inteligibilidade para os seres humanos” (Butler, 2008, p. 100), produzem-se posições de sujeito na contemporaneidade, inclusive e fortemente, no âmbito das políticas públicas e dos processos de regulação da vida dos indivíduos e das populações que elas operacionalizam.

Nesse sentido, compreendemos que articular gênero, sexualidade e biopolítica, tomando como aportes teóricos os Estudos de Gênero Pós-Estruturalistas, os Estudos *Queer* e os Estudos Foucaultianos, permite-nos examinar o investimento sobre a vida, articulando gênero e sexualidade ao controle do corpo-organismo e ao controle do corpo-espécie da população, bem como às relações entre esses processos no âmbito das sociedades neoliberais.

No primeiro volume de *História da sexualidade*, Foucault (1999) examina as transformações ocorridas entre os séculos XVII e XVIII, quando o poder político assume a tarefa de gerir a vida. Esse poder sobre a vida desenvolveu-se “em duas formas principais, que não são antitéticas e constituem, ao contrário, dois polos de desenvolvimento interligados por todo um feixe intermediário de relações” (Foucault, 1999, p. 131). O autor descreve toda uma série de novas tecnologias políticas de intervenção e regulação, a partir do conhecimento cada vez mais detalhado e exaustivo do corpo humano e do corpo-espécie – o polo das disciplinas do corpo¹⁰ e o polo da regulação das populações. Tais tecnologias agem sobre a vitalidade humana coletiva. A essa conjuntura, em que há a produção e o investimento em uma política do cálculo e do gerenciamento

transfeminista, investir em evidenciar e nomear a cisgeneridade é uma estratégia política que permite desnaturalizar as *identidades cis* e problematizar sua posição superior com relação às *identidades Trans*.

¹⁰ Os processos de disciplinarização do corpo e dos saberes, iniciados a partir dos séculos XV e XVI, alguns descritos com maior densidade em *Vigiar e punir*, são parte substantiva da constituição/reorganização do poder moderno que, mais tarde, se definirá como um poder sobre a vida.

das populações, Foucault denominou biopolítica¹¹ e ele usa o termo “para designar o [processo] que faz com que a vida e seus mecanismos entrem no domínio dos cálculos explícitos, e faz do poder-saber um agente de transformação da vida humana” (Foucault, 1999, p. 134).

As aproximações entre gênero, sexualidade e biopolítica são acionadas por Preciado (2014) ao explicar a biopolítica como a produção de um corpo em vida importante para o Estado e para o mercado, o qual é regulado pelo dispositivo da sexualidade para garantia de vidas heterossexuais. Energia mecânica e energia sexual são acionadas de forma equacionada, negociada, garantindo o privilégio de suas transformações em atividade produtiva e/ou atividade sexual reprodutiva. “O trabalho e a sexualidade pertenceriam, assim, a um mesmo circuito ergonômico no qual toda forma de capital pode se transformar em sexo e no qual todo trabalho sexual se torna capital (reprodutivo)” (Preciado, 2014, p. 103).

Ainda sobre a atuação dessa tecnologia do poder sobre a vida, tem-se o jogo entre a norma e a lei, no qual a primeira passa a operar com maior intensidade e importância por sua condição de regulação social, “que distribui os vivos num campo de valor e utilidade. A própria lei funciona como norma [...]” (Portocarrero, 2004, p. 176). E, com esse entendimento, a norma torna-se um elemento imprescindível para demarcar enlaces possíveis entre gênero, sexualidade e biopolítica. Foucault investe no conceito de norma ao discutir a disciplina como estratégia política, bem como ao tratar dos mecanismos de segurança da população. Em cada um desses mecanismos de poder, a norma é um elemento essencial.¹²

Foucault distingue as formas de normalização para a gestão da vida. Para este autor, a normalização disciplinar consiste em produzir “um modelo ótimo [...] em função de certo resultado, e a operação de normalização disciplinar consiste em procurar tornar as pessoas, os gestos, os atos, conformes a esse modelo, sendo normal precisamente quem é capaz de se conformar a essa norma e o anormal quem não é capaz” (Foucault, 2008a, p. 75). Aponta-se, aqui, o caráter fundante da norma na produção do normal e do anormal. Esta disposição entre norma, normal e anormal enquadra o jogo normativo disciplinar mais próximo de uma proposta de normação. Define-se a norma e, a partir daí, a distribuição dos normais e dos anormais de acordo com suas possibilidades de adequação a essa norma – que se constitui de forma primeira, como base da lógica. Nessa direção, Dornelles & Dal’Igna (2015) discutem, por exemplo, como o sexo e a idade são assumidos como categorias biológicas e heteronormativas que produzem os sujeitos nas práticas pedagógicas escolares voltadas ao trato com o tema sexualidade. Segundo as autoras, uma norma gênero-cronológica evoca uma progressão biologizada e maturacional do desenvolvimento como condição para a relação com o conhecimento. Essa premissa ajudou/ajuda a legitimar a classificação dos estágios de desenvolvimento (constituídos no âmbito da teoria piagetiana) utilizados na definição, normalização e regulação dos sujeitos escolares. A ação desta estratégia de poder coloca em

¹¹ Considerando o objetivo a ser alcançado neste texto, optamos por não citar e detalhar os estudos de biopolítica de importantes teóricos contemporâneos, tais como: Agamben (2007), Hardt & Negri (2005) e Lazzarato (2006), os quais partem da análise proposta por Foucault, desenvolvendo diferentes interpretações do conceito foucaultiano de biopolítica e adicionando outras perspectivas de análise.

¹² Em *Vigiar e punir*, o papel da norma se destaca, pois individualiza os sujeitos ao mesmo tempo em que dispõe um espaço de igualdade e condições de comparação, introduzindo e estabelecendo uma “gradação das diferenças individuais” (Foucault, 2000, p. 154). Nessa obra, Foucault apresenta “a sanção normalizadora”, “a vigilância hierárquica” e “o exame” como instrumentos fabricados para a produção do sujeito moderno. Pondo em movimento as classificações e a marcação de desvios, a sanção normalizadora estreita sua relação com a norma ao produzir e tratar o que se afasta ou se diferencia da norma (no sentido de sujeito normal). Em *Os anormais*, Foucault destaca o elo entre disciplina e normalização no século XVIII, dando ênfase às figuras do monstro humano, da criança masturbadora e do indivíduo a corrigir para (con)formar o domínio da sexualidade e o anormal do século XIX.

movimento representações gênero-etárias como norma, ou seja, determinadas ‘condições naturais’ são necessárias para o trato com os temas da sexualidade reconhecidos na escola. As autoras evidenciam que essa relação de saber-poder funciona para insinuar, performativa e cotidianamente, que a sexualidade se atravessa na vida dos sujeitos escolares “por causa da idade, do período da puberdade mesmo” definindo, assim, uma referência normativa para a ação educacional.

Já nos dispositivos de segurança, Foucault (2008a) apresenta uma descrição do funcionamento normalizador, que aponta para a definição primeira do normal, a partir do qual se distribuem, em curvas de diferenciação, o que se aproxima/afasta da referência normativa. Neste momento, há a entrada da ideia de normalidade, a qual abarca tais distinções e as coloca numa dinâmica normativa de aproximação do normal e de regulação desse plano distributivo e normativo. É do normal que se deduz a norma. As formas de normalização citadas apresentam-se como a base dessa *nova racionalidade política organizadora da gestão da vida indivíduo-populacional*, a qual reconstitui a trama social em regras, que têm como cerne a norma em detrimento do sistema da lei/jurídico. Além disso, há um enlace, uma comunicabilidade entre os diferentes níveis de funcionamento normativo. Para Ewald (2000), esse enlace se caracteriza pela ideia de uma “solidariedade normativa”. E Foucault complementa “que o elemento que vai circular entre o disciplinar e o regulamentador, que permite a um só tempo controlar a ordem disciplinar do corpo e os acontecimentos aleatórios de uma multiplicidade biológica, esse elemento que circula entre um e outro é a ‘norma’” (Foucault, 2005, p. 302).

A norma atuará com legitimidade social por ser “uma maneira de produzir uma medida comum [...] a partir [da qual] se dá a possibilidade de um direito nas sociedades modernas” (Ewald, 2000, p. 111). Circunscrever a norma, focalizando esse *amalgama disciplinar e regulatório gerenciador da vida* que aí se constitui, torna-se importante para entender a articulação entre gênero, sexualidade e biopolítica que descrevemos neste texto.

Nessa perspectiva é que *a entrada da vida na história* foi determinante para a formação do capitalismo, segundo Foucault (1999). E, nesse contexto, as tecnologias biopolíticas asseguraram tanto o disciplinamento dos corpos, para sua inserção controlada no aparelho produtivo, quanto a regulamentação da população, para ajustar seus fenômenos aos processos econômicos¹³ na constituição de um corpo individual-social e uma sexualidade produtiva. Para dar consistência a esses argumentos ele descreveu, de forma minuciosa, procedimentos disciplinares e procedimentos reguladores que, em sua perspectiva, são constitutivos de *políticas do corpo e da vida*, no interior das quais a vida de cada ser humano, sempre colocada em relação à vida da população, foi/é colocada em questão. Esse processo envolveu, por exemplo, controlar e regular os nascimentos e a morbimortalidade, o nível de saúde, as maneiras de se alimentar e morar, dentre outros importantes aspectos da vida social. Nesse contexto, a regulação da saúde coletiva levou a *medicalização minuciosa dos corpos e do sexo das mulheres* “em nome da responsabilidade que elas teriam no que diz respeito à

¹³ O problema da biopolítica foi abordado de forma mais sistemática por Foucault no final de um percurso iniciado nos anos 1970, quando o autor examinou em *Vigiar e punir* (publicado em 1975) “uma anátomo-política do corpo”. No primeiro volume da *História da sexualidade* e no curso *Em defesa da sociedade*, ambos publicados em 1976, o autor dedicou-se a análise, ainda que de forma distinta, do processo que denominou “biopolítica das populações”. Nesse momento, Foucault se encarregou de examinar as transformações ocorridas a partir do momento em que o poder soberano toma a vida como seu alvo prioritário de investimento e trata de analisar as novas configurações das relações de poder que se exercem sobre a vida (os indivíduos e a população). Por fim, podem-se destacar os cursos *Segurança, território e população* e *Nascimento da biopolítica*, publicados em 1978 e 1979, respectivamente, em razão da maior atenção dada ao tema do Estado pelo autor, que examina a prática governamental – *como ela se apresenta? como é racionalizada?* – e sua relação com os temas do liberalismo e do neoliberalismo.

saúde de seus filhos, à solidez da instituição familiar e à salvação da sociedade” (Foucault, 1999, p. 137). Assim, ao longo dos séculos XIX e XX, multiplicaram-se os discursos sobre cuidados a serem dispensados a corpos definidos como femininos, *cuidados estes cada vez mais atentos, rigorosos e precisos*, sobretudo quando se trata de corpos de mulheres que deveriam se tornar mães. Delimita-se, pois, uma rede discursiva de cuidados específicos – do pré-natal, da medicina, das tecnologias, da nutrição, da psicanálise – que pouco a pouco se intensifica sobre esses corpos, no universo da cultura ocidental. Um processo no qual se cola e se naturaliza o exercício de uma dada forma de maternidade ao corpo da fêmea/mulher da espécie humana, o que temos denominado de politização da maternidade (Meyer, 2006) e que se integra ao exercício da biopolítica.

Naquilo que nos interessa mais de perto, é no curso *Nascimento da Biopolítica* que Foucault desenvolve uma grade de análise para examinar a questão do Estado na sua relação com uma *racionalidade política – o liberalismo*. Com explica Foucault (2008b), a partir do século XVIII, começa a ser estabelecida uma conexão importante entre *prática de governo* e *regime de verdade*. Nesse contexto, o *mercado* se tornará um dos objetivos privilegiados para a prática governamental, um quadro de referência para analisar as formas de governo, um lugar de verdade. Ele não será mais um *lugar de jurisdição* – se transformará num *lugar de veridicção*. Entre os séculos XVIII e XX, a governamentalidade liberal sofreu muitas modificações.

Sem entrar em detalhes, o que pretendemos destacar aqui são os efeitos produzidos por essa liberdade econômica, a gestão da liberdade e suas crises. Essas crises exigiram reavaliações constantes do projeto liberal e uma nova configuração, que se costuma chamar liberalismo avançado ou neoliberalismo. A partir dessa discussão, pode-se dizer que a arte de governar no mundo contemporâneo é constituída por uma racionalidade econômica que opera sobre condutas individuais e coletivas. Trata-se de uma *economia de governo* – como se podem obter *maiores resultados com esforços mínimos*, como se pode *governar menos para governar mais* (Foucault, 2008a).¹⁴

Nesse contexto, pode-se dizer que as políticas públicas de inclusão social se inscrevem numa economia do governo das populações e, por isso, podem ser examinadas como biopolíticas porque, como já afirmamos, instituem processos de normalização de corpos individuais (mulheres, homens e crianças; mães, pais, responsáveis; profissionais de diferentes áreas, etc.) e de corpos coletivos (famílias, populações pobres, coletivos profissionais, etc.) no âmbito da sociedade brasileira contemporânea que devem ser incluídos e responsabilizados, sob diferentes prismas e com distintas gradações. E, assumindo, então, a condição do gênero e da sexualidade como heteronormas organizadoras do social e da cultura, reafirmamos a sua condição fundamental para o exame das relações de poder (no campo da norma e dos seus efeitos – corpo, gênero e sexualidade), das políticas e das biopolíticas contemporâneas.

A Politização da Maternidade e a Feminização da Inclusão Social: Estratégias Biopolíticas

O foco mais amplo das pesquisas que temos realizado pode ser descrito, então, como a *problematização das normas regulatórias de gênero e de sexualidade* que atravessam, instituem, ampliam e atualizam conhecimentos, práticas e corpos/sujeitos em biopolíticas de inclusão social, no contexto

¹⁴ Destacamos que, tanto em tempos de expansão, quanto de retração, as políticas sociais foram/são fomentadas por organismos internacionais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial, utilizando-se de um extenso receituário, pautado em diretrizes e reformas econômicas como condição, por exemplo, para a renegociação da dívida externa dos países chamados subdesenvolvidos e em desenvolvimento.

brasileiro que se estende de 2000 até os dias atuais.¹⁵ Argumentamos, primeiramente, que essas normas estão implicadas com a produção de formas de viver o feminino e a maternidade, foco que fomos ampliando para a discussão de formas de viver em família e de formas de gestão e realização do trabalho educativo-assistencial desenvolvido no contexto de políticas que, a partir de 2004, passaram a ser nomeadas como sendo políticas de inclusão social e que estabelecem a família como alvo de suas ações.

As políticas a que nos referimos pretendem, em linhas gerais, garantir e/ou ampliar o acesso a determinados direitos e benefícios, desde que os usuários cumpram certas condicionalidades, com o objetivo de promover: a ampliação da renda, o acesso à saúde, ao trabalho, a direitos sociais e à profissionalização; a diminuição da violência, dos índices de mortalidade infantil, de uso de substâncias psicoativas e de gravidez não desejada; de infecção por HIV/aids; a diminuição da evasão e da repetência escolar, dentre outras coisas. Ao assumirem esses objetivos, elas instituem *modos de viver a vida* para as populações às quais se dirigem e, também, *modos de gerir e desenvolver o trabalho* em instituições e serviços públicos que, de forma articulada, devem produzir o que nelas se define, no âmbito do Estado, como inclusão social. Utilizando o argumento da inclusão de todas as pessoas, essas políticas de inclusão social também fortalecem uma *cultura empreendedora*¹⁶ no mundo contemporâneo, que busca *produzir sujeitos capazes de garantir para si e para suas famílias as condições para permanecerem incluídos*, de tal forma que o Estado possa ser paulatinamente desobrigado disso.

Argumentamos que, em nome da inclusão social, as biopolíticas que examinamos acabam por intervir e regular a vida de determinados sujeitos/grupos a custos mínimos, para garantir a diminuição dos riscos sociais e maiores níveis de segurança para a população como um todo. Argumentamos, ainda, que essas *biopolíticas* estão, em maior ou menor grau, a serviço do neoliberalismo, pois elas tanto são produzidas pela racionalidade neoliberal quanto contribuem, em vários de seus desdobramentos, para amplificar o seu funcionamento.

Examinando as proposições e/ou funcionamento de alguns dos processos (bio)políticos de intervenção e regulação dessas biopolíticas de inclusão social, tornou-se possível formular, fundamentar e ampliar dois construtos teórico-metodológicos que temos explorado desde então: um primeiro já indicado, que nomeamos como *política do feminino e da maternidade* (Meyer, 2006) e, mais recentemente, um segundo, que nomeamos como *feminização da inclusão social* (Meyer et al., 2014). Trata-se de formulações que resultaram de exercícios analíticos, por meio dos quais identificamos, sistematizamos, descrevemos e analisamos um conjunto disperso, porém recorrente, de enunciados que, contemporaneamente: 1) Atribuem o desenvolvimento físico, cognitivo e afetivo saudável do feto e da criança a sentimentos, a comportamentos, a formas de cuidar e se relacionar com este sujeito. Tais enunciados, apesar das inovações tecnológicas e das conquistas dos movimentos feministas, transforma(ra)m o exercício da parentalidade, de modo geral, e da maternidade, de modo

¹⁵ No Brasil, por exemplo, é possível afirmar que, desde o governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2003) até o final do governo Lula (2003-2011), houve um crescimento quantitativo e qualitativo na implantação e implementação de políticas públicas de cunho social, sobretudo sob a égide do crescimento econômico, do combate à pobreza, da redução da vulnerabilidade social e da inclusão social. Atualmente, o governo brasileiro segue as diretrizes de uma racionalidade econômica pautada pela redução de orçamentos e/ou retirada completa de recursos de políticas sociais e serviços públicos, a fim de assegurar as demandas e compromissos com o mercado financeiro. Nessa discursividade, “corte de gastos” é uma expressão reiteradamente utilizada para justificar, por exemplo, a necessidade de revisão do Programa Bolsa Família, a reforma trabalhista, a reforma da previdência social e da gratuidade do ensino superior, bem como a implantação da Nova Política Nacional de Atenção Básica (PNAB) que afeta diretamente o funcionamento das equipes da Estratégia Saúde da Família (Batalha & Lavor, 2017).

¹⁶ Gadelha (2009), a partir de Foucault, examina a forma de governamentalidade neoliberal americana e suas implicações para a emergência do *Homo oeconomicus* e para a constituição de uma *cultura do empreendedorismo*.

particular, em uma tarefa extremamente complexa, difícil e abrangente; 2) Assumem o sexo como categoria definidora e reguladora da inclusão social quando as políticas são definidas e dirigidas para homens ou para mulheres assim definidos a partir do campo biológico, assumindo estas expressões binárias como categorias conceituais, descritivas e operativas destas políticas; 3) Evidenciam, de forma importante, a atuação das heteronormas na definição/produção dos corpos/usuários das políticas, de dois modos: a) Evocando o binarismo de gênero e a cisgeneridade como premissas, produzindo e legitimando a relação cis-mulheres-maternidade e cis-homens-paternidade de forma naturalizada, essencialista e de modo reiterado, o que repercute no posicionamento de outras maternidades e paternidades (como as de sujeitos trans, por exemplo) como impensáveis/ininteligíveis nestas políticas; b) Operam com a compulsoriedade da cisgeneridade e da heterossexualidade, quando mobilizam a relação mulher-homem e maternidade-paternidade de forma oposta e complementar (diretamente relacionada com o par binário feminino-masculino, respectivamente), produzindo a assunção de referentes conjugais heterossexuais como norma e sustentando, conseqüentemente, processos de normalização de corpos individuais e de corpos coletivos, incluindo aqui a produção destes como sujeitos abjetos (famílias homoparentais e/ou famílias trans, como as citadas no início deste texto); 4) Atuam na direção de validar modalidades educativas e de intervenção social que envolvem educação, saúde e assistência social, bem como para definir e posicionar a população-alvo, os territórios e as fronteiras da pobreza, os sujeitos técnicos(as), líderes, voluntários(as) e cis-mães-mulheres-cuidadoras. E, nesse sentido, o processo de cuidar de si e dos outros que aí se materializa implica a feminização tanto de conhecimentos e práticas de promoção da inclusão quanto de instituições e sujeitos (profissionais e usuários) nelas implicados (o que independe do gênero e do sexo biológico dos indivíduos envolvidos); 5) Compõem uma discursividade que funciona para articular, explícita e intensamente, problemas sociais contemporâneos (em especial de educação e de saúde) a determinadas configurações de família, com ênfase especial na relação mãe-filho, desde antes de seu nascimento, responsabilizando esses sujeitos pelas ações educativas e pelo enfrentamento das questões estruturais da pobreza; e, para além disso, permitem descolar tais problemas dos contextos e processos sociais mais amplos em que eles são gerados para vincular sua solução à promoção de relações familiares ditas adequadas, amorosas e saudáveis, e ao exercício de uma dada forma de maternidade. Ao reiterar fundamentalmente o cuidado materno nesses contextos, deixa-se de lado ou em segundo plano as formas de sociabilidade e de resolução de problemas que as famílias vêm encontrando em meio à pobreza extrema.

Não se pode negar que, ao mesmo tempo, essas biopolíticas promovem e investem na produção de determinadas posições de sujeito (cuidador, responsável, cidadão), e em ações socialmente relevantes como a proteção e a prevenção à violência doméstica, a redução da morbimortalidade infantil, o aumento da inclusão e da frequência escolar, bem como ações que visam a qualificação de mulheres para a inserção no mercado de trabalho e/ou o seu acesso a direitos sociais, por exemplo, como objetivam as políticas. E o resultado disso não era, e não é, de forma alguma, socialmente irrelevante. Entretanto, o que temos reiteradamente colocado como questão, a partir desses estudos, é que essas biopolíticas tem reafirmado lugares, funções, corpos (in)desejáveis e relações naturalizadas e universalizantes, que continuam fortemente ancoradas no binômio cis-homem-masculino e cis-mulher-feminino, desconsiderando efeitos sociais e políticos que promovem e reforçam e que se contrapõem, muitas vezes, a aspectos e relações que elas pretendem modificar com a proposição da transversalidade de gênero nas políticas públicas brasileiras, desde 2004.

Do mesmo modo, temos precisado refazer a própria história do conceito de transversalidade de gênero, ou *gender mainstreaming*, sua emergência no contexto dos movimentos internacionais recentes de mulheres, sua incorporação/regulação pela ONU e outros organismos internacionais, bem como a sua institucionalização no âmbito do Estado brasileiro atual, em articulação com uma

gramática e um vocabulário bem específicos, que envolvem termos como igualdade, equidade, intersectorialidade e interseccionalidade, por exemplo.

Vimos reiterando, aqui, que nessa agenda de pesquisa, que já completa 15 anos, começamos problematizando conhecimentos e práticas, sistematizados em políticas e programas produzidos e/ou implementados nas áreas da Educação e da Saúde, entendendo-os como instâncias de produção dos corpos e do gênero e, mais especificamente, de produção de formas de viver o *feminino* e a *maternidade*. Foram os pontos de convergência e regularidades constitutivos dos processos educativos que analisamos em algumas políticas e programas, especialmente até 2005, que permitiram formular, fundamentar e ampliar um construto teórico-metodológico que exploramos em várias de nossas pesquisas desde então: o de que estaríamos revivendo um período de intensa “politização do feminino e da maternidade” (Meyer, 2006).

No período que se seguiu, e acompanhando a própria gramática das políticas, fomos ampliando o foco da saúde e da educação para o desenvolvimento social, das nomeadas situações de risco para as agora chamadas situações de vulnerabilidade, e da maternidade para a família e para exercício da parentalidade. Expandimos, assim, o escopo da análise para as políticas que passaram, a partir de 2004, a ser nomeadas como sendo políticas de inclusão social: políticas que visam garantir o acesso a determinados direitos e benefícios, desde que os usuários cumpram determinadas condicionalidades, como já indicamos. Nos textos normativos das políticas que examinamos nesse período foi possível localizar¹⁷ alguns deslizamentos discursivos importantes, quais sejam: a inserção explícita das dimensões de gênero e raça como condicionantes de desigualdades sociais e, portanto, a indicação de que estas precisam ser levadas em conta no seu enfrentamento; a substituição do termo *mãe* pelo termo *família*; e a utilização preferencial do termo *vulnerabilidade social* para designar o que até então era nomeado como *situação de risco*.

A pesquisa-âncora que terminamos em 2008 nos permitiu explorar melhor como a dimensão de gênero vinha sendo traduzida e incorporada em um determinado conjunto de políticas e contextos, considerando a proposição da transversalidade de gênero no plano formal das políticas de inclusão, desde 2004. Descrevendo e problematizando as práticas educativas privilegiadas nessas políticas e *culturas de família e de maternidade* que elas pretendiam promover, pudemos observar que havia, sim, a incorporação da noção de gênero nas práticas educativas realizadas. Isto se dava de forma restrita e simplificada ao viés dos papéis hegemonicamente atribuídos a mulheres e a homens cis, mães e pais, ou com foco em traços de personalidade e características biológicas coladas ao ser homem e ao ser mulher. Isso explicava (e segue explicando ainda) uma certa ênfase das ações programáticas na *correção* e/ou reforço de algumas dessas características, que deveriam ser *naturais* mas, paradoxalmente, precisam ser estimuladas (por exemplo, educar cis-mulheres para serem mães cuidadosas e amorosas que deveriam estar dispostas, sempre, a colocar as necessidades de seus filhos e filhas acima das suas). E, também, a ênfase em uma certa relação universalizada de dominador-dominada, tomada como referência para a implementação das práticas educativas e assistenciais que visam promover, preponderantemente, o *empoderamento* individual – estratégia que geralmente é traduzida como elevação da autoestima – das mulheres pobres inscritas nos programas.

O que colocamos como questão, a partir desses estudos, é que essas ênfases acabavam por reafirmar posições, funções e relações socialmente construídas como femininas/masculinas, desconsiderando os efeitos sociais e políticos que tais discursos promovem e reforçam; exatamente o que as políticas, em princípio, pareciam ter a pretensão de modificar com a proposição da transversalidade de gênero. Nossa crítica se articula com, e é corroborada por, estudos de várias autoras no Brasil (por exemplo, Silvana Mariano), na América Latina (por exemplo, Silvia

¹⁷ Para maior detalhamento, ver, por exemplo, Meyer et al. (2008); Andrade (2008); Alvarenga (2012), dentre outras já citadas na nota de rodapé número cinco deste texto.

Duschatski) e nos países do Norte (por exemplo, Ann Orloff, dentre várias outras). Recentemente, ela foi explicitada e incorporada ao debate no interior do próprio Estado promotor das políticas.

Em avaliação sobre o Programa Bolsa Família (PBF), demandada pelo Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) e CNPq, publicada em 2014, por Rocha, Sachet & Favilha (2014, pp. 84-85), destaca-se que “uma questão polêmica no debate sobre políticas de transferência de renda condicionadas refere-se ao seu foco nas mulheres e as implicações disso para as relações de gênero e autonomia feminina”. Referindo-se à orientação para que o benefício seja pago às mulheres, o estudo aponta que, naquele momento, o PBF atendia “13,8 milhões de famílias que vivem em situação de pobreza e extrema pobreza, por intermédio da transferência direta de renda que é acessada por meio de um cartão magnético. E que, de acordo com dados recentes da Secretaria Nacional de Renda de Cidadania (Senarc), 93% da titularidade destes cartões está com as mulheres”. Essa decisão apoia-se, fundamentalmente, no pressuposto naturalizado e essencializado de que mulheres-mães tendem a gastar os recursos em benefício de suas famílias e não em benefício próprio. O estudo segue afirmando e reconhecendo que:

Se por um lado a transferência do benefício para as mulheres é considerada um fator positivo, na medida em que contribui para a sua autonomia econômica, fortalecendo a ingerência e poder de influência delas sobre as decisões familiares, aumentando sua autoestima e status comunitário, por outro, ela é vista como um meio de reforço de uma identidade feminina ligada ao cuidado e a maternidade, que reproduz um modelo de relação de gênero fundado na desigualdade. [...] o foco nas mulheres tem por base uma visão naturalizada e tradicional do papel social das mulheres, relacionado à sua condição de mãe [e] as condições necessárias para o seu desenvolvimento humano e empoderamento pessoal, econômico e político tendem a ser secundarizadas (Rocha et al., 2014, p. 85).

Na pesquisa de campo que terminamos no final de 2013 retomamos e ampliamos nosso argumento anterior, reafirmando que uma ação direcionada pelo viés de gênero parecia seguir se traduzindo nos serviços (em decorrência ou apesar das políticas?) como uma ação focada nas cis-mulheres-mães pobres que precisam ser abordadas, educadas e motivadas como mães, como nutrizes, como cuidadoras, auxiliares da escola, gestoras do lar e, crescentemente, também como provedoras da família, etc., para assim operacionalizar a inclusão que se busca.

Observamos e descrevemos, entretanto, outra dimensão importante desse processo de inclusão social com ênfase nas famílias pobres. No que se refere à concepção e às condições de trabalho (materiais e simbólicas), bem como aos contextos institucionais e aos processos de trabalho em que as políticas se materializam como ações programáticas, foram-se evidenciando, para nós, precariedades muito similares às vividas pela população às quais estas se dirigem. E, a nosso ver, isso poderia ser explicado, dentre outras coisas, por uma suposição constitutiva dos discursos que informam tais políticas e que já vínhamos mapeando em pesquisas anteriores, qual seja: a de que a produção da inclusão social dependeria, principalmente, da ação isolada dos indivíduos que devem assistir, educar e cuidar nesses contextos, assim como prover os recursos necessários para a promoção da inclusão (transporte, locais para reuniões, materiais de consumo, equipamentos, etc.). Alicerçado nessa suposição, o pressuposto da individualização da responsabilidade, tanto do sucesso quanto das falhas (sobretudo destas) das ações programáticas, não incide só sobre a população que se assiste – ou seja, sobre as cis-mulheres-mães pobres; ele incide também, e fortemente, sobre aqueles/as que trabalham nessas políticas.

No entorno dessas políticas, o vocacionalismo, a afetividade e a força de vontade continuam a ser intensamente mobilizados, tanto para impulsionar quanto para qualificar ações profissionais. Então é preciso ressaltar que esses elementos têm sido culturalmente apresentados, e naturalizados,

como intrínsecos a um determinado tipo de feminino e estão incorporados em atividades profissionais definidas como cuidado e proteção no âmbito da educação, da saúde e da ação social. São tomadas, em muitos casos e nessas áreas, como *competências tácitas*.¹⁸

Quando conectamos, analiticamente, estes dois processos – o que se refere à educação das famílias, por meio de ações educativas voltadas fundamentalmente às mulheres mães, com os modos de funcionamento dos contextos profissionais e de trabalho nessas políticas e programas – foi possível delinear um movimento que chamamos de *feminização da inclusão social*. Por meio dele, apuramos nosso olhar sobre alguns dos modos pelos quais o gênero atravessa e constitui formas de conhecimento, distribuição de recursos, processos de organização do trabalho e a estrutura de instituições e serviços implicados com a inclusão social, vinculando-se com determinados posicionamentos de profissionais de diversos níveis e tipos, na maioria mulheres, para interpelá-las e posicioná-las, junto com as famílias-mães, como parceiras diretas de um Estado cissexista, na implementação da inclusão social.

Um estudo etnográfico realizado com trabalhadores/as e usuários/as de um Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), que buscou compreender como a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) atua, “performatizando as feminizações através de uma biopolítica da maternidade”, converge com, e amplia, essa argumentação (Detoni, Machado & Nardi, 2018, p. 2). Ao tomar o gênero como efeito das práticas da assistencial social, o estudo evidencia a presença de marcadores de gênero e sexualidade, constantemente reiterados por meio de uma norma materna que acaba funcionando como estratégia de Estado no cuidado e no governo das famílias atendidas. E, ao fazê-lo, enfatiza que, no âmbito dessas relações, (re)produz-se a feminização na área da assistência social, tanto em função da maioria expressiva de cis-mulheres que ali trabalham, quanto pelo fato de posicionar cis-mulheres como detentoras naturais de direitos sociais; deixa-se de lado, assim, agendas feministas que, historicamente, reivindicam a redução de desigualdades de gênero bem como discussões importantes em torno da maternidade/paternidade de sujeitos que não se reconhecem nessa norma cis-generificada e heterossexualizada.

Nesse sentido, destacamos, ainda, dois estudos que examinam, respectivamente: os modos de constituição do trabalho docente, especialmente aqueles vinculados aos processos de feminização e de profissionalização do magistério (Scherer & Dal’Igna, 2017); o funcionamento da estratégia da intersectorialidade no Programa Saúde na Escola (PSE; Silveira, Meyer & Felix, no prelo). Em ambos os estudos, as autoras buscam apoio teórico no trabalho de Morini (2008) sobre “feminização do trabalho”, que analisa um conjunto de transformações contemporâneas dos processos de trabalho.

A referida autora argumenta que vivenciamos um tempo em que o capitalismo estaria ressignificando o trabalho, tal como o conhecemos, na medida em que invade e coloniza todas as esferas da vida, convocando cada um/a e todos/as a assumir uma postura produtiva, hiperflexível e polivalente, independentemente do sexo, das jornadas de trabalho e da remuneração salarial.

Morini (2008) enfatiza, ainda, que as transformações dos processos de trabalho envolvem a valorização de determinadas competências, tanto de homens quanto de mulheres, que eram historicamente associadas às cis-mulheres, e essencializadas como atributos femininos, em função de sua experiência com duplas (ou triplas) jornadas de trabalho como mães, donas de casa e trabalhadoras.

¹⁸ Em outro texto, três de nós (Dal’Igna, Klein & Meyer, 2014) analisamos essa questão. Apoiando-nos em estudos de gênero pós-estruturalistas e nos estudos foucaultianos, utilizamos as contribuições das análises realizadas por Foucault (2008a) sobre a teoria do capital humano e operamos com o conceito de gênero para problematizar um conjunto de ações que visam ao desenvolvimento de competências familiares para educação de uma infância plena de capacidades físicas, intelectuais, sociais e emocionais e, sobretudo, a centralidade atribuída à participação da mulher-mãe no sentido de posicioná-la como corresponsável pela saúde e educação das crianças.

Se tomarmos os estudos que citamos anteriormente sobre trabalho docente e PSE, pode-se afirmar, então, que tanto a precarização das condições de trabalho docente quanto a responsabilização/individualização das/dos profissionais envolvidos com a educação escolar e com políticas públicas que incidem na escola (como o PSE) estão ancorados em um dispositivo de exploração que investe na vida do/a trabalhador/a de modo a realçar os elementos cognitivos (imateriais) do trabalho, e secundarizar os efeitos materiais dessas relações de trabalho em que as fronteiras entre tempo de trabalho e tempo livre estão cada vez mais imperceptíveis. Operando com os conceitos gênero e sexualidade, pode-se argumentar, também, que uma norma cis-generificada e heterossexualizada funciona como um dos elementos constitutivos do trabalho (docente) e tem constituído determinadas formas de narrar os profissionais e caracterizar as funções que desempenham, independentemente dos sexos, dos corpos, dos gêneros e das sexualidades.

Com isso, podemos pensar que o pressuposto da feminização da inclusão social também está no bojo da produção de outras estratégias discursivas, como no exame dos documentos que instituem a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem (PNAISH). A análise discute e problematiza alguns dos modos pelos quais o gênero atravessa as proposições da política, tomando como referência um contexto discursivo em que termos como integralidade e equidade, princípios doutrinários do SUS, são reiteradamente apresentados e acionados, na direção de instituir propostas educativas e de cuidado, voltadas à saúde e à educação de homens adultos brasileiros. Os documentos indicam que o homem necessita aprender a cuidar tanto de si quanto da mulher gestante e dos/as filhos/as, tornando-se mais presente, responsável e participativo nas relações que envolvem a saúde, posicionando-os como sujeitos faltosos e que necessitam aprender sobre algo que não possuem – esse algo que falta está ligado às noções de afeto, envolvimento, cuidado e participação, como se fossem sentimentos e atitudes unicamente permitidas e/ou vivenciadas pelas mulheres. Para isso, delega aos/às profissionais da saúde a responsabilidade de educar os homens, para que tenham maior visibilidade e frequência nos serviços de saúde. Assim cabe perguntar: quais são os ensinamentos e imperativos que políticas públicas, como a PNAISH, instituem e veiculam em relação a homens e mulheres? Quais características, comportamentos, habilidades e capacidades os homens necessitam incorporar e/ou desenvolver para atingir as metas propostas nas políticas de inclusão social? Com que efeitos? Ou que mecanismos e estratégias são acionadas para interpelar os homens (e as mulheres) a se inserirem na esfera do cuidado de si, dos/as filhos/as e da família? Quais representações de masculino e feminino as políticas pretendem promover e/ou modificar? (Pereira, Klein & Meyer, no prelo).

Assim, esse processo, que nomeamos de *feminização da inclusão social*, amplia bastante a complexidade de nosso argumento anterior sobre a *política do feminino e da maternidade*, em função de pelo menos dois aspectos: a) porque se trata de políticas setoriais direcionadas fundamentalmente para determinados tipos de mulheres e suas famílias e executadas majoritariamente por profissionais mulheres; b) e, sobretudo, porque promover inclusão social nesse contexto discursivo – naquilo que envolve cuidar de si e dos outros –, continua mobilizando conhecimentos e práticas que a representam como um trabalho inscrito na ordem do feminino mesmo com políticas que se pretendem promotoras da igualdade de gênero.

Trata-se, pois, de reconhecer quais processos de conhecer e modos de gerir e desenvolver o trabalho representados como femininos têm sido acionados e mobilizados em instituições e serviços públicos, para produzir, de forma articulada, o que, nelas, se entende como inclusão social (acesso a bens e serviços, à saúde, à educação e ao trabalho). E essa feminização traduz-se, nas biopolíticas, tanto como produção de determinados arranjos organizacionais-institucionais e profissionais quanto como incorporação naturalizada de determinadas posições de sujeito, constituindo, assim, um

paradoxo que parece inerente a essas políticas de inclusão social: o reforço de determinadas condições e relações que se pretende transformar e/ou romper.

Normas de Gênero e de Sexualidade nos Governam. E Agora?

Pode-se Escapar do Gênero?

Na verdade, não. Mesmo que às vezes possamos e que por vezes nos vejamos fora de suas normas, sempre nos relacionamos com aquilo pelo qual somos chamados, interpelados. Podemos recusar e mudar gêneros, tentar viver fora das normas, mas lidamos com um mundo social que vai desafiar isso. Mesmo a quebra mais radical de gênero tem de lidar com instituições, discursos e autoridades que buscarão designações pelo gênero. É uma luta (Butler, 2015, s.p.).¹⁹

Durante uma entrevista, Butler analisa os impactos de suas teorias, principalmente de sua tese sobre a designação pelo gênero. A autora argumenta que podemos recusar e mudar gêneros, tentar viver fora das normas, mas lidamos com um mundo social que buscará sempre identificar sujeitos a partir de categorias (feminino e masculino, homossexual e heterossexual, entre outras), fazendo com que a designação pelo gênero nos interpele a revelia de nossos anseios e desejos.

Cabe a reflexão de que “se não podemos escapar do gênero” e das relações (familiares, amorosas, institucionais) que esse jogo coloca em funcionamento, seguimos na direção de encontrarmos lugar para a crítica e a resistência, representada por sujeitos que não se reconhecem em funções, comportamentos, lugares ou naquilo que é esperado/nomeado como norma (de maternidade, cuidado, higiene, reprodução, família, docência...); e com essa crítica e resistência evidenciamos a multiplicidade, a variabilidade e a contingência que envolve a formação de arranjos culturais e de modos que os sujeitos envolvidos nesses processos vêm encontrando para viver o gênero e a sexualidade, bem como para organizar formas de acesso à cidadania e a direitos sociais que pouco têm legitimado espaços para a reflexão que estes desafios e disputas colocam em jogo.

Retomamos, aqui, a tese que embasa este artigo, no qual argumentamos que o gênero e a sexualidade têm produzido e organizado processos de gestão da vida no âmbito das biopolíticas contemporâneas de inclusão social. A partir dessa ótica, os processos que denominamos como *política do feminino e da maternidade* e da *feminização da inclusão social* vêm sustentando e configurando importantes estratégias biopolíticas ao direcionar a conduta de mulheres e homens cis, instituindo formas de regulação que produzem feminilidades, masculinidades e (im)possibilidades de experiências no campo da sexualidade, a fim de tornar cada sujeito capaz *de agir sobre si e sobre os outros*, investindo para torná-lo mais (re)produtivo, autônomo, criativo, participante e responsável, ou seja, capaz de encontrar (individualmente e/ou dentro da família) as soluções para os problemas sociais em que eles/elas estão enredados/as. Assim, a *economia do governo* não se operacionaliza apenas diante do aparelho estatal, mas na eficácia e na multiplicação dos saberes, das estratégias discursivas e das ações sobre a conduta dos sujeitos, ao longo da vida e por todo tecido social.

Em convergência com esses argumentos, Luckmann & Nardi (2017) discorrem sobre a interrogação crítica que o coro dos sujeitos trans, no âmbito dos movimentos sociais, vêm constituindo por meio da luta por igualdade. Para os autores, é preciso “[...] indagar a forma como a

¹⁹ Entrevista intitulada: “Sem medo de fazer gênero: entrevista com a filósofa americana Judith Butler”, concedida a Úrsula Passos. Folha de São Paulo. 20/09/2015. A entrevista está disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2015/09/1683172-sem-medo-de-fazer-genero-entrevista-com-a-filosofa-americana-judith-butler.shtml>. Acesso em: 11/12/2017.

noção de gênero [e sexualidade], nas sociedades ocidentais, tem servido de apoio fundamental as biopolíticas efetuando uma interrogação nas formas de governar” (Luckmann & Nardi, 2017, p. 1241) e, em conformidade com o pensamento foucaultiano, ponderam que o foco não reside em negar (ou escapar) a governamentalidade, mas em refletirmos sobre as formas de sermos governados e os seus efeitos.

Ao examinarmos, neste artigo, alguns processos de gestão da vida no âmbito das biopolíticas contemporâneas de inclusão social, buscamos explorar a potência analítica dos conceitos de gênero, sexualidade e biopolítica, a fim de problematizarmos, desde a sua formulação, os lugares (e responsabilidades) que as políticas públicas examinadas (voltadas para os problemas da doença, da infância, da pobreza) vêm constituindo para eles e elas, educando, qualificando e posicionando-os no foco de conhecimentos e ações de regulação, produção e correção dos supostos desvios. Na direção dessa reflexão, pode-se reconhecer algumas compreensões que consideramos “ingênuas” para a concretização das políticas de inclusão social, fundamentalmente, a partir de enunciados que atuam no sentido de instituir conceitos como proteção, cuidado, saúde e higiene, apoiando-se e reforçando relações modelares (tanto de gestão como) de desenvolvimento infantil, amamentação, maternidade, família e sexualidade, noções que vão sendo tramadas no bojo das estratégias biopolíticas. Outro aspecto importante consiste em atentarmos para ações/prescrições que consideramos utilitárias e pontuais, direcionadas (e que dependem), principalmente, ao trabalho das mulheres pobres que, ao incorporar uma suposta norma, assegurariam a proteção da infância, desassistida de educação infantil, por exemplo.

Objetivos/ações que visam ampliar a capacidade assertiva e produtiva desses sujeitos seguem sendo traduzidas (ou significadas) como de ampliação da autonomia, autoestima e/ou *empoderamento* feminino, sobretudo alicerçadas/justificadas a partir de leis naturais e/ou visões essencialistas e que podem (ao fim) corroborar para o silenciamento de situações de abandono (das famílias), violência e ineficácia/omissão do Estado, a que estes sujeitos estão cotidianamente expostos, assim como das “saídas” encontradas por eles/elas para suas dificuldades cotidianas. Aqui, cabe citar Butler (2006) novamente, quando discute a autonomia como uma meta problemática, pois presumiria autodefinição e autogoverno, noções que entram em choque com a compreensão de que somos sujeitos definíveis enquanto humanos, não detendo uma essência ou a verdade sobre nós mesmos e estando inexoravelmente ligados a interesses de uma determinada sociedade.

Nesse sentido, uma forma profícua de exercermos a crítica, e rompermos com a matriz de inteligibilidade evidenciada nos estudos aqui citados, pode ocorrer ao nos voltarmos às duas notícias emblemáticas e de grande repercussão na mídia que introduzem este texto, ou seja, de sujeitos que se distanciam da norma, resistem, embaralham e questionam os imperativos cis-heteronormativos e binários constituídos por meio das biopolíticas de inclusão social. Se o “garanhão de vagina” ou o trans homem que dá à luz a um bebê, em um hospital de Porto Alegre, não correspondem às compreensões do naturalizado sistema sexo-gênero-sexualidade, o que eles fortemente reiteram é a descontinuidade, a fluidez, o caráter combativo e de subversão dessa sequência, assim como de uma suposta interioridade. Eles trazem à tona corpos (e vidas) que não correspondem a uma matriz de gênero e sexualidade pré-concebida, compulsória e natural, mas que se reinventam ativamente dentro do próprio (cis)sistema neoliberal.

Desconstruir noções que alicerçam ênfases educativas naturalizadas, no âmbito das políticas de inclusão social, pode tornar visível as relações de saber-poder que instituem e legitimam aproximações entre feminilidade, cuidado e saúde, por exemplo, assim como, na direção de relativizar e pluralizar esses termos. Afinal, as supostas previsibilidades e alcances das políticas esbarram naquilo que escapa, por meio das aprendizagens, negociações, socializações, resistências e/ou “limites” muito concretos e que fazem parte da vida dos sujeitos envolvidos, tornando-se

produtivas para colocarmos em xeque, compreensões simplificadas sobre as necessidades dos grupos a que elas se dirigem.

Para finalizar, nos referimos aqui a um *processo de cisgenerificação, traduzido como feminização* que, para além de evidenciar importantes dimensões (epistemológicas, éticas, políticas, técnicas, pedagógicas e estruturais) implicadas na implementação de políticas sociais, e este processo e sua atualidade nos convoca a continuar analisando e problematizando as relações entre gênero, sexualidade e biopolíticas,²⁰ de modo a “sempre nos relacionarmos com aquilo pelo qual somos chamados, interpelados” (Butler, 2015, s.p.), sem desistir das lutas e das disputas pelo alargamento das propostas epistêmico-políticas que constituem as políticas de inclusão social contemporâneas e suas definições de corpos (in)viáveis, (in)elegíveis e (im)possíveis nas tramas do Estado.

Agradecimentos

Este artigo reúne pesquisas que receberam apoio parcial das seguintes agências de fomento brasileiras: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Referências

- Agamben, G. (2007). *Homo Sacer - o poder soberano e a vida nua I*. Belo Horizonte: UFMG.
- Alvarenga, L. F. C. (2012). *A arte de envolver ativamente: Articulações entre corpo, gênero e sexualidade*. (Tese de doutorado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Porto Alegre.
- Andrade, S. dos S. (2008). *Juventudes e processos de escolarização: Uma abordagem cultural*. (Tese de doutorado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Porto Alegre.
- Batalha, E., & Lavor, A. de. (2017). Toda atenção que o SUS e a população merecem. *RADIS*, 183, 10-15, dez.
- Butler, J. (1993). *Bodies that matter, on the discursive limits of “sex”*. New York: Routledge.
- Butler, J. (2001). Corpos que pesam: Sobre os limites discursivos do “sexo”. In: G. L. Louro (Org.), *O corpo educado: pedagogias da sexualidade* (pp. 151-172). Belo Horizonte: Autêntica Editora.
- Butler, J. (2006). O gênero é uma instituição social mutável e histórica. Entrevista com Judith Butler. *IHU Online*, 199, 3-5. Disponível em: http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com_content&view=article&id=470&secao=199.
- Butler, J. (2008). Inversões sexuais. In: I. C. P. Passos (Org.), *Poder, normalização e violência: Incursões foucaultianas para a atualidade* (pp. 91-108). Belo Horizonte: Autêntica Editora.
- Castro, E. (2009). *Vocabulário de Foucault: Um percurso sobre seus temas, conceitos e autores*. Belo Horizonte: Autêntica Editora.
- Centeno, S. (2016). *As representações de sujeito na política nacional de Saúde integral da população negra (PNSIPN): Uma abordagem de gênero e raça/cor*. (Dissertação de mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Porto Alegre.

²⁰ Trata-se do Projeto de Pesquisa “Políticas públicas de inclusão social e transversalidade de gênero: ênfases, tensões e desafios atuais”, coordenado por Dagmar Estermann Meyer entre os anos 2014 e 2018 (Meyer, 2018).

- Czeresnia, D. (1999). The concept of health and the difference between prevention and promotion. *Cadernos de Saúde Pública*, 15(4), 701-709, out./dez.
- Dal'Igna, M. C. (2005). "Há diferença"? *Relações entre desempenho escolar e gênero*. (Dissertação de mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Porto Alegre.
- Dal'Igna, M. C. (2011). *Família S/A: Um estudo sobre a parceria família-escola*. (Tese de doutorado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Porto Alegre.
- Dal'Igna, M. C., Klein, C., & Meyer, D. E. E. (2014). Mulher-mãe responsável: Competências necessárias para educar filhos(as) saudáveis. In: J. G. Brites & L. Schabbach (Orgs.), *Políticas para Família, Gênero e Geração* (pp. 56-76). Porto Alegre: UFRGS/CEGOV.
- Damico, J. G. S. (2011). *Juventudes governadas: Dispositivos de segurança e participação no Guajuviras (Canoas-RS) e em Grigny Centre (França)*. (Tese de doutorado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Porto Alegre.
- Detoni, P. P., Machado, P. S., & Nardi, H. C. (2018). "Em nome da mãe": performatividades e feminizações em um CRAS. *Estudos Feministas*, 26(1), e45084.
- Dornelles, P. G. (2013). *A (hetero)normalização dos corpos em práticas pedagógicas da Educação Física escolar*. (Tese de doutorado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Porto Alegre.
- Dornelles, P. G., & Dal'Igna, M. C. (2015). Gênero, sexualidade e idade: Tramas heteronormativas nas práticas pedagógicas da Educação Física escolar. *Educação e Pesquisa*, 41(especial), 1585-1599, dez.
- Duro, C. (2002). *Maternidade e cuidado infantil: Concepções presentes no contexto de um programa de atenção à saúde da criança*. (Dissertação de mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Porto Alegre.
- Dutra, I. (2005). *Parto Natural, normal e humanizado: A polissemia dos termos e seus efeitos sobre a atenção*. (Dissertação de mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Porto Alegre.
- Ewald, F. (2000). *Foucault, a norma e o direito*. Lisboa: Veja.
- Fernandes, L. P. (2008). *Nas trilhas da família... Como e o que meninos e meninas em situação de rua aprendem sobre relações familiares*. (Dissertação de mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Porto Alegre.
- Foucault, M. (1999). *História da sexualidade I: A vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal.
- Foucault, M. (2000). *Vigiar e punir: Nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes.
- Foucault, M. (2004). *Arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Foucault, M. (2005). *Em defesa da sociedade: Curso no Collège de France (1975-1976)*. São Paulo: Martins Fontes.
- Foucault, M. (2008a). *Segurança, território, população: Curso dado no Collège de France (1977-1978)*. São Paulo: Martins Fontes.
- Foucault, M. (2008b). *Nascimento da Biopolítica: curso no Collège de France (1978-1979)*. São Paulo: Martins Fontes.
- Gadella, S. (2009). *Biopolítica, governamentalidade e educação: Introdução e conexões a partir de Michel Foucault*. Belo Horizonte: Autêntica Editora.
- Hardt, M., & Negri, A. (2005). *Império*. Rio de Janeiro: Record.
- Huffer, L. (2011). Foucault and feminism's prodigal children. In: J. Butler., E. & Weed (Orgs.), *The question of gender: Joan W. Scott's critical feminism* (pp. 255-286). Indiana: Indiana University Press.

- Klein, C. (2003). *Um cartão [que] mudou nossa vida? Maternidades veiculadas e instituídas pelo Programa Nacional Bolsa-Escola*. (Dissertação de mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Porto Alegre.
- Klein, C. (2010). *Biopolíticas de inclusão social e produção de maternidades e paternidades para uma “infância melhor”*. (Tese de doutorado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Porto Alegre.
- Lazzarato, M. (2006). *As revoluções do capitalismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira – Grupo Record.
- Louro, G. L. (2001). Pedagogias da sexualidade. In: G. Louro (Org.). *O corpo educado: Pedagogias da sexualidade* (pp. 7-34). Belo Horizonte: Autêntica.
- Louro, G. L. (2004). *Um corpo estranho: Ensaios sobre sexualidade e teoria queer*. Belo Horizonte: Autêntica Editora.
- Luckmann, F., & Nardi, H. (2017). Um corpo (des)governado: Hierarquias de gênero, governamentalidade e biopolítica. *Estudos Feministas*, 25(3), 1239-1255, set.-dez.
- Meyer, D. E. E. (2000). As mamãs como constituintes da maternidade: Uma história do passado. *Educação & Realidade*, 25(2), 117-134.
- Meyer, D. E. E. (2006). A politização contemporânea da maternidade: Construindo um argumento. *Gênero: Núcleo Transdisciplinar de Estudos de Gênero – NUTEG*, 6(1), 81-104.
- Meyer, D. E. E. (2014) *Políticas públicas de inclusão social e transversalidade de gênero: Ênfases, tensões e desafios atuais*. Porto Alegre: UFRGS/CNPq (Relatório de pesquisa). Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- Meyer, D. E. E., et al. (2008). *A educação ‘da família’ como estratégia governamental de inclusão social: Um estudo situado na interface dos estudos culturais, de gênero e de vulnerabilidade*. Porto Alegre: UFRGS/CNPq (Relatório de pesquisa). Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- Meyer, D. E. E., Klein, C., Dal’Igna, M. C., & Alvarenga, L. F. (2014). Vulnerabilidade, gênero e políticas sociais: A feminização da inclusão social. *Estudos Feministas*, 22(3), 885-904.
- Morini, C. (2008). A feminilização do trabalho no capitalismo cognitivo. *Lugar Comum*, 23-24, 247-265.
- Nicholson, L. (2000). Interpretando gênero. *Estudos Feminista*, 8(2), 9-41.
- Pereira, J. P. (2015). *Da paternidade responsável a paternidade participativa? Representações de paternidade na Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem (PNAISH)*. (Dissertação de mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Porto Alegre.
- Pereira, J. P., Klein, C., & Meyer, D. E. E. (no prelo). *PNAISH: uma análise da dimensão educativa na perspectiva de gênero*.
- Pires, P. (2016). *E “fazer tudo direitinho”: Cuidados e enfrentamentos nas políticas de saúde em resposta ao HIV/AIDS em mulheres*. (Dissertação de mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Porto Alegre.
- Portocarrero, V. (2004). Instituição escolar e normalização em Foucault e Canguilhem. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, 1(1), 169-185, jan./jun.
- Preciado, B. (2014). *Manifesto contrassexual: Práticas subversivas de identidade sexual*. Tradução de M. P. Ribeiro. São Paulo: n-1 edições.
- Rocha, M. C., Sacchet, T., & Favilla, K. (2014). Programa Bolsa Família: Perspectivas a partir do olhar de gênero e da diversidade sociocultural de povos e comunidades tradicionais. In: Brasil. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Avaliação de políticas públicas: Reflexões*

- acadêmicas sobre o desenvolvimento social e o combate à fome, v.1: Introdução e temas transversais* (pp. 82-94). Brasília: MDS; Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação.
- Revel, J. (2006). Nas origens do biopolítico: De Vigiar e Punir ao pensamento da atualidade. In: W. O. Kohan & J. Gondra (Orgs.). *Foucault 80 anos* (pp. 51-62). Belo Horizonte: Autêntica Editora.
- Salih, S. (2012). *Judith Butler e a teoria queer*. Tradução: G. Lopes Louro. Belo Horizonte: Autêntica Editora.
- Scott, J. (1988). *Gender and the politics of history*. New York: Columbia University Press.
- Silva, M. (2016). *Posições de sujeito usuário/a de substâncias psicoativas na política de redução de danos: Uma análise cultural*. (Dissertação de mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Porto Alegre.
- Silveira, C. (2014). *Escola e docência no programa saúde na escola: Uma análise cultural*. (Dissertação de mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Porto Alegre.
- Silveira, C., Meyer, D. E. E., & Felix, J. (no prelo). *A generificação da intersetorialidade no Programa Saúde na Escola*.
- Scherer, R. P., & Dal'Igna, M. C. (2017, outubro). Amor, cuidado e competência: um olhar de gênero sobre a profissionalização do trabalho docente. *Anais da Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd)*, São Luís do Maranhão, MA, Brasil, 38.
- Vergueiro, V. (2015). *Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade*. (Dissertação de mestrado). Universidade Federal da Bahia, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos, Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade, Salvador.

Sobre as Autoras

Maria Cláudia Dal'Igna

Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos

Email: mcdaligna@hotmail.com

ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-0566-9606>

Doutora em Educação. Professora do Curso de Pedagogia e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Unisinos/RS. Vice-líder do Grupo Interinstitucional de Pesquisa em Docências, Pedagogias e Diferenças (GIPEDI/Unisinos/CNPq) e docente pesquisadora do Grupo de Estudos de Educação e Relações de Gênero (GEERGE/UFRGS/CNPq).

Dagmar Estermann Meyer

Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS

Email: dagmaremeyer@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4182-3938>

Doutora em Educação. Professora colaboradora aposentada do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFRGS. Membro fundadora do Grupo de Estudos de Educação e Relações de Gênero (GEERGE/UFRGS/CNPq).

Priscila Gomes Dornelles

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB

Email: prisciladornelles@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1897-2436>

Doutora em Educação. Professora do Centro de Formação de Professores e do Mestrado Profissional em Educação do Campo. Docente pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação, Formação de Professores e Educação Física (GEPEFE/UFRB), do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Gênero, Sexualidade e Diversidade (CAPITU/UFRB) e do Grupo de Estudos de Educação e Relações de Gênero (GEERGE/UFRGS).

Carin Klein

Universidade Luterana do Brasil – ULBRA

E-mail: carinklein31@gmail.com

ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-1455-4413>

Doutora em Educação. Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação e do Curso de Pedagogia da ULBRA/RS. Docente pesquisadora do Grupo de Estudos de Educação e Relações de Gênero (GEERGE/UFRGS/CNPq).

archivos analíticos de políticas educativas

Volume 27 Número 140

4 de noviembre 2019

ISSN 1068-2341



Los/as lectores/as pueden copiar, mostrar, distribuir, y adaptar este artículo, siempre y cuando se de crédito y atribución al autor/es y a Archivos Analíticos de Políticas Educativas, los cambios se identifican y la misma licencia se aplica al trabajo derivada. Más detalles de la licencia de Creative Commons se encuentran en <https://creativecommons.org/licenses/by-sa/2.0/>. Cualquier otro uso debe ser aprobado en conjunto por el autor/es, o AAPE/EPAA. La sección en español para Sud América de AAPE/EPAA es publicada por el *Mary Lou Fulton Teachers College, Arizona State University* y la *Universidad de San Andrés* de Argentina. Los artículos que aparecen en AAPE son indexados en CIRC (Clasificación Integrada de Revistas Científicas, España) DIALNET (España), [Directory of Open Access Journals](#), EBSCO Education Research Complete, ERIC, Education Full Text (H.W. Wilson), PubMed, QUALIS A1 (Brazil), Redalyc, SCImago Journal Rank, SCOPUS, SOCOLAR (China).

Por errores y sugerencias contacte a Fischman@asu.edu

Síguenos en EPAA's Facebook comunidad at <https://www.facebook.com/EPAAAPE> y en Twitter feed @epaa_aape.

arquivos analíticos de políticas educativas
conselho editorial

Editor Consultor: **Gustavo E. Fischman** (Arizona State University)

Editoras Associadas: **Kaizo Iwakami Beltrao**, (Brazilian School of Public and Private Management - EBAPE/FGV, Brazil), **Geovana Mendonça Lunardi Mendes** (Universidade do Estado de Santa Catarina), **Gilberto José Miranda**, (Universidade Federal de Uberlândia, Brazil), **Marcia Pletsch, Sandra Regina Sales** (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro)

Almerindo Afonso
Universidade do Minho
Portugal

Alexandre Fernandez Vaz
Universidade Federal de Santa
Catarina, Brasil

José Augusto Pacheco
Universidade do Minho, Portugal

Rosanna Maria Barros Sá
Universidade do Algarve
Portugal

Regina Célia Linhares Hostins
Universidade do Vale do Itajaí,
Brasil

Jane Paiva
Universidade do Estado do Rio de
Janeiro, Brasil

Maria Helena Bonilla
Universidade Federal da Bahia
Brasil

Alfredo Macedo Gomes
Universidade Federal de Pernambuco
Brasil

Paulo Alberto Santos Vieira
Universidade do Estado de Mato
Grosso, Brasil

Rosa Maria Bueno Fischer
Universidade Federal do Rio Grande
do Sul, Brasil

Jefferson Mainardes
Universidade Estadual de Ponta
Grossa, Brasil

Fabiany de Cássia Tavares Silva
Universidade Federal do Mato
Grosso do Sul, Brasil

Alice Casimiro Lopes
Universidade do Estado do Rio de
Janeiro, Brasil

Jader Janer Moreira Lopes
Universidade Federal Fluminense e
Universidade Federal de Juiz de Fora,
Brasil

António Teodoro
Universidade Lusófona
Portugal

Suzana Feldens Schwertner
Centro Universitário Univates
Brasil

Debora Nunes
Universidade Federal do Rio Grande
do Norte, Brasil

Lílian do Valle
Universidade do Estado do Rio de
Janeiro, Brasil

Flávia Miller Naethe Motta
Universidade Federal Rural do Rio de
Janeiro, Brasil

Alda Junqueira Marin
Pontifícia Universidade Católica de
São Paulo, Brasil

Alfredo Veiga-Neto
Universidade Federal do Rio
Grande do Sul, Brasil

Dalila Andrade Oliveira
Universidade Federal de Minas
Gerais, Brasil

archivos analíticos de políticas educativas
consejo editorial

Editor Consultor: **Gustavo E. Fischman** (Arizona State University)

Editores Asociados: **Felicitas Acosta** (Universidad Nacional de General Sarmiento, Argentina), **Armando Alcántara Santuario** (Universidad Nacional Autónoma de México), **Ignacio Barrenechea**, **Jason Beech** (Universidad de San Andrés), **Angelica Buendia**, (Metropolitan Autonomous University), **Alejandra Falabella** (Universidad Alberto Hurtado, Chile), **Carolina Guzmán-Valenzuela** (University of Chile), **Veronica Gottau** (Universidad Torcuato Di Tella), **Antonio Luzon**, (Universidad de Granada), **José Luis Ramírez**, (Universidad de Sonora), **Paula Razquin**, **Axel Rivas** (Universidad de San Andrés), **Maria Veronica Santelices** (Pontificia Universidad Católica de Chile), **Maria Alejandra Tejada-Gómez** (Pontificia Universidad Javeriana, Colombia)

Claudio Almonacid

Universidad Metropolitana de Ciencias de la Educación, Chile

Miguel Ángel Arias Ortega

Universidad Autónoma de la Ciudad de México

Xavier Besalú Costa

Universitat de Girona, España

Xavier Bonal Sarro Universidad Autónoma de Barcelona, España

Antonio Bolívar Boitia

Universidad de Granada, España

José Joaquín Brunner Universidad Diego Portales, Chile

Damián Canales Sánchez

Instituto Nacional para la Evaluación de la Educación, México

Gabriela de la Cruz Flores

Universidad Nacional Autónoma de México

Marco Antonio Delgado Fuentes

Universidad Iberoamericana, México

Inés Dussel, DIE-CINVESTAV, México

Pedro Flores Crespo Universidad Iberoamericana, México

Ana María García de Fanelli

Centro de Estudios de Estado y Sociedad (CEDES) CONICET, Argentina

Juan Carlos González Faraco

Universidad de Huelva, España

María Clemente Linuesa

Universidad de Salamanca, España

Jaume Martínez Bonafé

Universitat de València, España

Alejandro Márquez Jiménez

Instituto de Investigaciones sobre la Universidad y la Educación, UNAM, México

María Guadalupe Olivier Tellez, Universidad Pedagógica Nacional, México

Miguel Pereyra Universidad de Granada, España

Mónica Pini Universidad Nacional de San Martín, Argentina

Omar Orlando Pulido Chaves

Instituto para la Investigación Educativa y el Desarrollo Pedagógico (IDEP)

José Ignacio Rivas Flores

Universidad de Málaga, España

Miriam Rodríguez Vargas

Universidad Autónoma de Tamaulipas, México

José Gregorio Rodríguez

Universidad Nacional de Colombia, Colombia

Mario Rueda Beltrán Instituto de Investigaciones sobre la Universidad y la Educación, UNAM, México

José Luis San Fabián Maroto

Universidad de Oviedo, España

Jurjo Torres Santomé, Universidad de la Coruña, España

Yengny Marisol Silva Laya

Universidad Iberoamericana, México

Ernesto Treviño Ronzón

Universidad Veracruzana, México

Ernesto Treviño Villarreal

Universidad Diego Portales Santiago, Chile

Antoni Verger Planells Universidad Autónoma de Barcelona, España

Catalina Wainerman

Universidad de San Andrés, Argentina

Juan Carlos Yáñez Velazco

Universidad de Colima, México

education policy analysis archives
editorial board

Lead Editor: Audrey Amrein-Beardsley

Editor Consultant: **Gustavo E. Fischman** (Arizona State University)

Associate Editors: **Melanie Bertrand, David Carlson, Lauren Harris, Eugene Judson, Daniel Mirka Koro-Ljungberg, Daniel Liou, Scott Marley, Molly Ott, Iveta Silova** (Arizona State University)

Cristina Alfaro
San Diego State University

Gary Anderson
New York University

Michael W. Apple
University of Wisconsin, Madison

Jeff Bale
University of Toronto, Canada
Aaron Bevanot SUNY Albany

David C. Berliner
Arizona State University
Henry Braun Boston College

Casey Cobb
University of Connecticut

Arnold Danzig
San Jose State University

Linda Darling-Hammond
Stanford University

Elizabeth H. DeBray
University of Georgia

David E. DeMatthews
University of Texas at Austin

Chad d'Entremont Rennie Center
for Education Research & Policy

John Diamond
University of Wisconsin, Madison

Matthew Di Carlo
Albert Shanker Institute

Sherman Dorn
Arizona State University

Michael J. Dumas
University of California, Berkeley

Kathy Escamilla
University of Colorado, Boulder

Yariv Feniger Ben-Gurion
University of the Negev

Melissa Lynn Freeman
Adams State College

Rachael Gabriel
University of Connecticut

Amy Garrett Dikkers University
of North Carolina, Wilmington

Gene V Glass
Arizona State University

Ronald Glass University of
California, Santa Cruz

Jacob P. K. Gross
University of Louisville
Eric M. Haas WestEd

Julian Vasquez Heilig California
State University, Sacramento

Kimberly Kappler Hewitt
University of North Carolina
Greensboro

Aimee Howley Ohio University

Steve Klees University of Maryland
Jaekyung Lee SUNY Buffalo

Jessica Nina Lester
Indiana University

Amanda E. Lewis University of
Illinois, Chicago

Chad R. Lochmiller Indiana
University

Christopher Lubienski Indiana
University

Sarah Lubienski Indiana University

William J. Mathis
University of Colorado, Boulder

Michele S. Moses
University of Colorado, Boulder

Julianne Moss
Deakin University, Australia

Sharon Nichols
University of Texas, San Antonio

Eric Parsons
University of Missouri-Columbia

Amanda U. Potterton
University of Kentucky

Susan L. Robertson
Bristol University

Gloria M. Rodriguez
University of California, Davis

R. Anthony Rolle
University of Houston

A. G. Rud
Washington State University

Patricia Sánchez University of
University of Texas, San Antonio

Janelle Scott University of
California, Berkeley

Jack Schneider University of
Massachusetts Lowell

Noah Sobe Loyola University

Nelly P. Stromquist
University of Maryland

Benjamin Superfine
University of Illinois, Chicago

Adai Tefera
Virginia Commonwealth University

A. Chris Torres
Michigan State University

Tina Trujillo
University of California, Berkeley

Federico R. Waitoller
University of Illinois, Chicago

Larisa Warhol
University of Connecticut

John Weathers University of
Colorado, Colorado Springs

Kevin Welner
University of Colorado, Boulder

Terrence G. Wiley
Center for Applied Linguistics

John Willinsky
Stanford University

Jennifer R. Wolgemuth
University of South Florida

Kyo Yamashiro
Claremont Graduate University

Miri Yemini
Tel Aviv University, Israel